

LIVROS E REVISTAS

1. ANÁLISE

HENRI CHAMBRE S. J. *Christianisme et Communisme* (Col. "Je sais - Je crois", n.º 95). A. Fayard. Paris, 1959.

O P. H. CHAMBRE, membro da Action Populaire de Paris, é um especialista internacionalmente conhecido das questões soviéticas. Poucos estudiosos estariam tão bem preparados quanto êle para dar à excelente coleção "Je sais - Je crois" um estudo sólido e conciso sôbre a posição cristã em face do comunismo. Estamos diante de um pequeno volume de informação e de ciência. Nenhuma nota polêmica, como nenhuma intenção de propaganda. Já por êste aspecto o livro de CHAMBRE emerge da torrencial literatura pró e anticomunista e merece a leitura e reflexão de quantos procuram assumir posição objetiva diante de um dos problemas cruciais do nosso tempo.

Uma breve "Introdução" procura definir em tôda a amplitude os termos dêste problema: êle se formula como a oposição irreduzível de duas concepções do homem, marcadas ambas por sua intenção de *totalidade*.

O capítulo 1.º estuda as manifestações sucessivas com que a Igreja definiu sua posição diante do comunismo, seja em suas formas pré-marxistas (já em tempo de PÍO IX), seja, sobretudo, em sua forma marxista-leninista. De PÍO IX a LEÃO XIII a condenação do comunismo (nas variadas formas em que êste se apresenta na segunda metade do século XIX) insiste em três pontos principais: anarquismo latente ou explícito, destruição da família, eversão das liberdades públicas. A partir de *Divini Redemptoris* (PÍO XI) o confronto se institui com a forma especificamente marxista do comunismo e são postos em evidência o seu materialismo, a concepção da luta de classes, e o ateísmo radical em que se apóia. As condenações da Igreja, entretanto (o que nem sempre é devidamente salientado), inscrevem-se na linha de uma atitude concreta e positiva em face das contradições econômicas e sociais da sociedade industrial e que tende, por seu caminho próprio, à superação do capitalismo e à instauração de uma economia autenticamente humana. Êste ponto im-

portante é examinado inicialmente por CHAMBRE (págs. 26-30) e retomado vigorosamente na "Conclusão" (págs. 108-117).

O Cap. II estuda as atitudes comunistas em face do Cristianismo em três situações históricas bem características: a) numa país em que o comunismo possui o poder político. O exemplo escolhido, de resto o mais instrutivo, é o da França. CHAMBRE discute aqui com objetividade tóda a evolução da política da "mão estendida" desde o apêlo famoso de M. THOREZ em 1936 até a situação atual. b) Nas democracias populares, em que a política comunista em relação às confissões cristãs e à Igreja Católica, em particular, apresenta-se sob as formas mais variadas, com o objetivo único da dissolução das sociedades religiosas e da passagem das massas da fé cristã ao ateísmo. c) Na U.R.S.S., em que a política religiosa dos dirigentes comunistas mostra, como em nenhuma outra parte, a sinuosidade dos seus meios e a implacável prossecução do seu fim.

O Cap. III desenvolve uma análise concisa, mas bem arquitetada, do fenômeno comunista nos seus aspectos fundamentais: a filosofia e a sociologia marxistas, e a obra política de LENIN.

O Cap. IV é dedicado ao exame mais demorado da concepção comunista da família e da propriedade privada. Importa ressaltar aqui a distinção acentuada por CHAMBRE entre a idéia burguesa da família, visada pela crítica de MARX e ENGELS, e a verdadeira doutrina cristã, que tem seu centro na dignidade da pessoa humana e na seriedade dos seus empenhos

fundamentais. Do mesmo modo, é necessário não confundir propriedade capitalista e conceito cristão da propriedade e dos seus fundamentos naturais, magistralmente elucidado por PIO XI e PIO XII (cf. págs. 91-94). Feitas, entretanto, as necessárias distinções, mais nítida e inconciliável aparece a oposição entre cristianismo e comunismo nestes dois pontos capitais: ela nasce de concepções antagônicas do homem mesmo e da sua natureza social.

O Cap. V e último retoma, a modo de conclusão, os temas delineados na introdução sôbre a oposição frontal dos dois humanismos que se apresentam hoje como os únicos animados de um dinamismo histórico capaz de suscitar nos homens uma esperança vivente na realização de um futuro possível e melhor: o humanismo cristão e o humanismo marxista. Em páginas densas e documentadas (102-108), CHAMBRE mostra que o marxismo é, antes de tudo, uma interpretação da história e o promotor consciente de uma esperança histórica. Mas, nestas mesmas páginas êle mostra as simplificações arbitrarias que foram o preço pago por MARX para a articulação das suas teses fundamentais. Uma refutação teórica por si só não pode, entretanto, satisfazer ao cristão, já que a êle, tanto e mais que ao marxista, se impõe a passagem à dimensão da *praxis*, e a tarefa da edificação de um universo humano.

As páginas finais de CHAMBRE são consagradas precisamente ao *affrontement chrétien*, numa expressão que lembra um opúsculo famoso de E. MOUNIER e numa linha de reflexão tóda voltada para os

empenhos concretos do personalismo cristão, na hora em que o coletivismo comunista se eleva como a mais agressiva contestação dos direitos imprescritíveis da pessoa humana. — H. L. V.

PIERRE FOUGEYROLLAS. *Le Marxisme en question*. 1 vol. Ed. du Seuil. Paris, 1959.

O vigor político do Partido Comunista francês no período do imediato pós-guerra foi capaz de ocultar, por certo tempo, a crise que lavrava nas fileiras dos seus intelectuais e que girava nada menos do que em torno da interpretação mesma do marxismo. A história desta crise, marcada pelos nomes de H. LEFÈVRE, P. HERVÉ, H. MORIN e outros, e que constitui um dos dramas espirituais mais representativos do nosso tempo, sem dúvida será escrita um dia com toda a objetividade desejável. Ela entra em fase resolutive a partir da morte de STALIN e, sobretudo, do relatório de KRUTSCHEV ao XX Congresso do Partido Comunista da U.R.S.S. (1956) e recebe um desfecho histórico por ocasião da revolução húngara, com a ruptura ruidosa de J. P. SARTRE com o Partido a que aderira não menos ruidosamente.

A trajetória de P. FOUGEYROLLAS dentro da crise da *inteligentzia* do P. C. francês assinala-se por uma marca de autenticidade e honestidade imediatamente visível no livro em que êle condena suas reflexões, e que ora estamos apresentando. Trata-se aqui, verdadeiramente, de pôr o marxismo em questões, num esforço de crítica interna e de rigorosa análise que

não cede à tentação fácil da valorização publicitária de uma experiência pessoal (a modo de tantos ex-comunistas), mas permanece no plano objetivo de uma tentativa de dissolução crítica de um marxismo sistemático em favor de um marxismo aberto. Aqui residem o sentido e o mérito maior da obra de FOUGEYROLLAS. Sua crítica do marxismo não é a montagem de um processo nem a proclamação estrepitosa de uma falência. (Temos, aliás, nossas razões para não levar demasiado a sério os iconoclastas excessivamente zelosos do deus que ontem adoravam). A questão, para êle, não é a de se pronunciar pró ou contra a doutrina de MARX, mas de compreendê-la e dela tirar partido (página 27). Para FOUGEYROLLAS como para MAXIMILLIEN RUBEL a crítica das alienações como núcleo germinal ou como "essência" do marxismo implica uma irreduzível dimensão *moral* expressa nos termos da *praxis* revolucionária voltada para a libertação do homem. Como tal, ela permanece rebelde a todo aprisionamento num sistema dogmático e fechado. São as *intuições* de MARX que se trata de reencontrar e prolongar na hora em que o *sistema* marxista se revela, nas mãos dos ortodoxos, um instrumento de mistificação.

O 1.º capítulo de FOUGEYROLLAS é dedicado, precisamente, à "essência" do marxismo. Ela reside, a seus olhos, na crítica das alienações. Mas, ao formular-se como tentativa de superação da filosofia clássica (entendida como ideologia abstrata) em favor da tomada de consciência da dialética imanente ao movimento histórico, o marxis-

mo guarda um “resíduo não-científico” (pág. 23), na forma do seu postulado materialista de base. Este torna vulnerável toda formulação do marxismo como sistema fechado com pretensões de “verdade total”, e torna imperativa uma crítica que mostre a ilusão do equacionamento pretensamente científico entre libertação econômica e total libertação humana (pág. 26).

A esta crítica se aplica FOUGEYROLLAS nos capítulos seguintes, que tratam do materialismo histórico, da noção de classe social, do problema do desenvolvimento histórico, da alienação, da possibilidade de um socialismo científico. Se o materialismo histórico é a tradução, para o homem social e concreto, da dialética da luta e do trabalho com que HEGEL teceu os fios do progresso da consciência na *Fenomenologia*, ele não pode fechar-se no dogmatismo de um determinismo linear entre base econômica e ideologia. Seu caráter puramente heurístico deve ser submetido à prova da verificação histórica e sociológica, que levará em conta a imensa complexidade do todo social. Em suma, em todos os temas fundamentais do marxismo que FOUGEYROLLAS examina, vemos-nos diante de intuições frequentemente geniais, cêdo paralisadas por dogmatismo simplificador (sobretudo a partir de LENIN), e esgotando assim sua fecundidade em esterilizantes disputas escolásticas. Destas, a história do pensamento marxista na U. R. S. S. oferece os mais edificantes exemplos.

A conclusão de FOUGEYROLLAS volta-se para uma nova visão do mundo que parta da constatação

de que a era dos sistemas está terminada. Nesta perspectiva surge, em primeiro lugar, a recusa de fazer das relações econômicas de produção a raiz única das alienações humanas. A esfera axiológica ressurge, então, com sua especificidade salvaguardada, e coloca-se com redobrada urgência o problema da fundação dos valores. Aqui F. atém-se a um problematismo dos valores que requer discussão mais aprofundada. Por outro lado, este problematismo repercute no problema tão especificamente marxista da união entre “teoria” e “praxis”, da conjunção dos fins e dos meios, do empenho histórico enfim. No marxismo como sistema a união do pensamento e da ação é um *estado* em que a interrogação se solidifica em dogma e mesmo em mito. No marxismo como problema ela torna-se uma *norma* que indica a linha de superação das ilusões míticas precisamente no radical pôr em questão das pretensões absolutistas da razão construtora de sistemas. O *marxismo em questão* significa, em outras palavras, o desconhecimento da história humana como matriz inesgotável de situações e projetos, irreduzível, pois, ao esquema da produção econômica: ele é assim, surgindo do interior mesmo da visão de MARX, o ato de uma suprema lucidez. — H. L. V.

RALPH L. BEALS e HARRY HOIJER. *An Introduction to Anthropology*, com a colaboração de VIRGINIA MORE ROEDIGER. 2.^a ed. The Macmillan Company. New York, 1959.

FELIX M. KEESING. *Cultural Anthropology*. The Science of

Custom. Rinehart & Company.
New York, 1958.

JOHN J. HONIGMANN. *The World of Man*. Harper & Brothers.
New York, 1959.

No período de um ano — de meados de 1958 a meados de 1959 — foram publicados os três livros de texto a que se refere o presente registro. Dada a similitude de tempo, julgamos de bom alvitre reunir numa apreciação única as observações relativas aos mesmos. Analisemos cada um de per si.

A obra de BEALS e HOIJER é, das três, a mais geral, de vez que abrange a antropologia física, além da antropologia cultural, à qual se limitam as outras duas. Comparando-a com a 1.^a edição, vinda a lume em 1953, verifica-se que foram realizadas alterações apreciáveis, no sentido de certa reorganização da estrutura, tal como a modificação na posição de alguns capítulos e — mais importante — a reformulação de certos conceitos, especialmente no cap. 7, de modo a apresentar orientação mais moderna aos problemas relacionados com as raças, dando ênfase ao aspecto genético dos estudos realizados pelos mais recentes pesquisadores da matéria. Foi incluído um novo capítulo, de n.º 9, sobre “Espaço, Tempo e Cultura”, compreendendo bastante material novo em arqueologia.

Como assinalam os próprios autores, dois temas principais dominam o texto: “a origem, desenvolvimento e diferenciação do homem como organismo biológico, e o conceito de cultura, sua estrutura e desenvolvimento”. Atendendo a

este ponto de vista básico, o livro apresenta uma dicotomia natural, consagrando seis dentre seus capítulos iniciais ao primeiro daqueles aspectos, e os quinze restantes aos problemas de antropologia cultural.

Depois de um capítulo introdutório sobre a natureza e o campo da antropologia, encontramos sucessivamente capítulos intitulados “O Homem e os Animais”, “O Homem Fóssil e a Pré-história”, “Hereditariedade e Genética”, “Critérios Raciais”, “Tipos Raciais Nos Homens Modernos”, “Raça, Evolução e Genética”, concluindo a parte de antropologia física. A seguir, deparamos com os capítulos onde são apreciados os problemas da antropologia cultural, e que se escalonam na seguinte ordem: “Natureza da Cultura”, “Espaço, Tempo e Cultura”, “Ferramentas e Recipientes”, “Coleta e Produção de Alimentos”, “Vestuário, Abrigo e Transportes”, “Economia”, “Família e Parentesco”, “Casamento”, “Organização Política”, “Religião”, “Linguagem”, “Artes”, “Educação e Formação da Personalidade”, “Problemas de Mudança Cultural” e “Aculturação e Antropologia Aplicada”. O apêndice compreende uma bibliografia etnográfica de 43 itens, entre os mais característicos.

Cada capítulo, além das notas de rodapé (breves e, geralmente, em pequeno número) é completado por uma lista de publicações para leitura complementar ou colateral. Essas indicações são preciosas e estão em dia, incluindo material recentíssimo. O estilo é claro e o tratamento da matéria contém o essencial para dar uma visão de conjunto ao aluno; o jargão técnico

co é reduzido ao mínimo e as palavras pouco usuais são cuidadosamente definidas de modo breve. Em suma: trata-se de excelente livro de texto, naturalmente dentro das limitações do próprio título, que lhe dá caráter introdutório. A feitura tipográfica é cuidada, e as ilustrações, muito pertinentes, são primores de clareza.

Os outros dois volumes têm âmbito mais limitado, pois tratam apenas da antropologia cultural. Passemos-los brevemente em revista.

O livro de KEESING tem, como característica, sua estruturação, de acentuada originalidade, que lhe permite atingir com excepcional proficiência seus fins didáticos. Cada capítulo em que se divide o campo da etnologia é tratado através da sua problemática própria; nas palavras do autor, "... o texto é organizado para responder a uma série de problemas focalizados pela antropologia cultural. Expõe-se a área de cada problema. Depois que o mesmo é analisado, segue-se uma discussão crítica para esclarecer como aquela conclusão específica foi atingida pelos antropólogos. Referem-se os antropólogos que foram pensadores-chaves sobre aquele problema determinado, dando-se ilustrações de exemplos concretos, notadamente exemplos clássicos ou críticos extraídos da literatura antropológica".

Seguindo essas diretrizes, são examinados oitenta e quatro problemas grupados em dezessete capítulos. Os títulos desses capítulos são bastante elucidativos: "Que é antropologia cultural?"; "Cultura e gente; alguns conceitos básicos"; "Cultura e herança biológica"; "O

crescimento da cultura"; "A cultura no espaço"; "Teorias relativas à cultura, sociedade e personalidade"; "Universais e aspectos da cultura"; "Cultura material"; "Organização econômica"; "Organização social"; "Organização política"; "Contrôle social"; "Mundivisão: conhecimento e crença"; "Arte e recreação"; "Linguagem"; "Estabilidade e mudança"; e "Que virá adiante?"

A fim de dar uma noção algo mais precisa ao leitor, permitiremos-nos transcrever as formulações de alguns dos oitenta e quatro problemas escolhidos a esmo em diversos capítulos. Assim, o problema 14, tratado no cap. III, "Cultura e herança biológica", é o seguinte: "*Variação corporal e Diferenças culturais — Que relação existe entre diferenças constitucionais, como as de raça, forma do corpo, e sexo, e diferenças no comportamento cultural?*"; o problema 22, de que se cuida no cap. V, "A cultura no espaço", é proposto desta forma: "*Relação entre o habitat e a cultura — Até que ponto o ambiente físico dá forma à cultura, e vice-versa?*" e o problema 78, no cap. XVI, "Estabilidade e mudança", se formula: "*Crescimento, perda e reformulação — Como se espalham, se constroem, se extinguem e são reformulados os elementos culturais?*"

Acreditamos que os exemplos dados tenham sido suficientes para aguçar a curiosidade dos leitores e elucidar adequadamente o sistema empregado por KEESING na sua magnífica contribuição à literatura antropológica no terreno do ensino da etnologia. Aduziremos apenas que a obra é acompanhada de um

glossário muito útil, embora, mais ainda do que BEALS e HOIJER, KEESING timbre em conceituar, com tôda precisão, os diversos termos técnicos, à medida que vão aparecendo, na seqüência da exposição.

Onde possível, KEESING multiplica os exemplos e os exercícios, aumentando destarte a vivacidade da discussão e realçando as qualidades didáticas do texto. Tem-se, às vêzes, a impressão de assistir a um seminário, estabelecendo-se verdadeiro diálogo entre participantes — no caso, o leitor e o autor.

Como na obra precedentemente examinada, a bibliografia complementar indicada está plenamente em dia, cobrindo todo o temário de maneira satisfatória, sem excessos prejudiciais, mas também sem faltas flagrantes. A apresentação gráfica é perfeita e as figuras nada deixam a desejar, embora sejam cerca de 50 % apenas das contidas no livro de BEALS e HOIJER.

Na obra de HONIGMANN, já encontramos um panorama diverso. Apesar de cobrir, de maneira perfeitamente adequada, mais ou menos o mesmo campo do texto anterior, fá-lo de modo totalmente diferente. Sente-se, aqui, a par de integração maior, simultaneamente uma penetração mais ampla e quiçá mais empírica, etnográfica, no estilo prático tão do gôsto dos norte-americanos. É, por exemplo, das três obras, a única a se preocupar especificamente com questões metodológicas, de processo, às quais são consagrados seis capítulos. Não quer isto dizer que, na formulação teórica de um conceito, seja menos precisa que as outras; é apenas

diferente, representa outro ponto de vista, que inevitavelmente se enquadra em mundivisão distinta das precedentes.

Tomemos um exemplo, ao acaso: referências ao processo recente de datar, em cronologia absoluta, restos arqueológicos orgânicos através do isótopo radioativo do carbono, o C_{14} . BEALS e HOIJER à pág. 256 dedicam ao novo método cerca de cinco linhas, conceituando-o e dando seu limite de aplicabilidade; KEESING, é mais geral e resume a questão em sete linhas, à pág. 82, mas dá alguns dos resultados obtidos na Oceania à pág. 128. HONIGMANN não só é mais claro ao sintetizar o método em seis linhas à pág. 43, mas ainda o descreve em vinte e uma linhas à pág. 44, e, além disso, indica em mais três linhas à pág. 48 um filme explicativo do processo, com as referências indispensáveis à sua obtenção. Em compensação, embora seja bem mais volumoso, concede apenas vinte e duas linhas à pág. 549 aos problemas relacionados com a metalingüística, não referindo sequer as importantes contribuições de WHORF, que nem aparece na extensa bibliografia, enquanto KEESING dedica à metalingüística todo o Problema 73, às págs. 375-377, e ainda se refere ao mesmo à pág. 150 e no glossário. BEALS e HOIJER, apesar de não empregarem o termo "metalingüística", expõem o problema suscitado em três páginas, de 587 a 590, mencionando nelas constantemente as teses whorfianas.

Descrevamos rapidamente a estrutura do livro de HONIGMANN. A obra é dividida em sete partes, a saber: "Natureza e Cam-

po da Antropologia"; "Metodologia"; "Natureza da Cultura"; "Processos da Cultura"; "Divisões da Cultura"; "Crescimento da Cultura Ocidental" e "O Homem e a Cultura". Nessas sete partes há quarenta e seis capítulos, cada qual com uma extensão média de dezesseis páginas e irregularmente distribuídos pelas diversas partes: duas na primeira, seis na segunda, três na terceira, sete na quarta, vinte e uma na quinta, quatro na sexta e três na sétima. Na quinta parte, que ocupa quase quatrocentas páginas de texto, estão descritos os diversos aspectos dos principais problemas da antropologia cultural, como, por exemplo, tecnologia, organização social, parentesco, ritual, etc., a cada qual se consagra um capítulo específico; mas, é de salientar-se que não existe referência à arte nos diversos grupos humanos — e a arte, afinal de contas, é uma das atitudes fundamentais do homem em face da natureza. Notemos de passagem que KEESING lhe dedica uma parte inteira, composta de quatro problemas, ocupando as págs. 342 a 363, e BEALS e HOIJER o capítulo 19, das págs. 596 e 628.

Deveremos aduzir que HONIGMANN, em matéria de bibliografia, nas partes que lhe interessam, está tão em dia quanto os outros, e que a apresentação do seu livro é tão boa, senão melhor, que a de seus colegas.

Nas singelas observações acima, julgamos haver apresentado uma vaga idéia comparativa das três obras examinadas. Entretanto, dada a natureza das diferentes óticas através das quais foram apreciados praticamente os mesmos problemas

nesses três textos, é extremamente difícil, para não dizer impossível, formular conscienciosamente um juízo de valor sôbre qual a melhor. Tôdas três são ótimas, com sua exposição escorreita e precisa, clara e didática, condensada e metódica. Nenhuma se destina aos especialistas, mas tôdas preenchem a contento sua função precípua, que é a de orientar os alunos e ensinar-lhes antropologia em moldes modernos, especialmente no que respeita à antropologia cultural ou etnologia. Não lhes cabe sequer a pecha de serem por demais volumosas; afinal, procuram fornecer os resultados mais recentes da pesquisa em um campo vastíssimo como o é a ciência do homem na infinita multiplicidade dos seus aspectos tão diversos e importantes, cujo conjunto constitui a tessitura complexa que nos envolve do berço ao túmulo, e à qual estamos indissolúvelmente ligados. A diversidade de pontos de vista em que os respectivos autores se colocam é, assim, perfeitamente natural, como também o é a ênfase diferente sôbre aspectos distintos em tal matéria, dada sua natureza tão variegada e cambiante.

Sabemos perfeitamente que não pudemos fazer justiça a êsses três livros nesta breve apreciação. Eles merecem muito mais. Todavia, para terminar, procuraremos tentar uma analogia corriqueira, ao apreciá-los sinteticamente em conjunto. Nesses dias de canícula senegalesca que temos sofrido, gostamos certamente de refrescar-nos com frutos sumarentos. Quem poderá comparar u'a manga da Bahia, um abacaxi bem maduro e uma deliciosa melancia? Tôdas três são saborosas e desal-

terantes, mas quem se aventurará a dizer qual a melhor?

Para resolver o problema de maneira pragamática, os avisados cortam o nó górdio comendo salada de frutas. É por isso que formulamos aqui o desejo de que as três excelentes obras, objeto dêste registro, sejam adotadas em conjunto, como livros de texto nos cursos de antropologia, especialmente cultural, de nossas universidades, de vez que reciprocamente se completam. — *Artur Hehl Neiva.*

PETER FLEMING. *The Siege at Peking.* Harper and Brothers. New York, 1959.

O excelente livro, de autoria do notável escritor britânico, bem conhecido no Brasil — pois a primeira obra-prima, que lhe granjeou fama mundial, foi *Brazilian Adventure*, de 1953 — livro, no momento, altamente colocado na lista americana e inglesa de *best-sellers*, não é apenas fascinante relato de um dos mais palpitantes acontecimentos da história moderna: o famoso assédio de cinquenta e cinco dias do bairro diplomático de Pequim, em 1900.

Esse sangrento episódio da histórica luta entre o Ocidente e o Oriente, provocado pela ação subversiva do movimento semibárbaro, xenófobo e anticristão de BOXERS (I HO CHUAN — textualmente: “Punhado de Harmonia Equitativa”), com apoio tácito da astuta Imperatriz Tzu-Hsi, da China (ex-concubina da côrte imperial, que destronou, em 1898, seu sobrinho, assumindo o poder absoluto), através de maneiras escusas

da diplomacia hipócrita de TSUNGLI YAMEN (Ministro das Relações Exteriores do Império Celeste), mereceria, aliás, por si só, a maior atenção dos leitores.

O sítio de Pequim e o rompimento do cerco pelo corpo expedicionário, integrado pelos destacamentos das oito potências (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Itália, Áustria e Rússia) é uma história apaixonante de amizade e solidariedade, amor e sacrifício, mas também de vis intrigas, de heroísmo, mas também de covardia. Com o martirologio dos prosélitos cristãos chineses e dos missionários de tôdas as nacionalidades européias, contrasta vivamente a pusilanimidade de alguns diplomatas, merecendo crítica mais veemente do autor a figura de PUCHON, alguns anos depois Ministro das Relações Exteriores da França.

Contudo, o admirável depoimento de FLEMING é muito mais do que um simples resumo do acontecimento, afinal de contas bastante remoto e, em si só, destituído de maior interesse.

Eis que, ao mesmo tempo, lança luz impiedosa sôbre os crimes perpetrados contra a indefesa China pelas aves de rapina do imperialismo europeu. Desmascara a coalizão entre os mais escusos interesses do voraz capitalismo (concessões abusivas e exploratórias de minas, estradas de ferro, serviços públicos, enfim, de tudo) e a diplomacia oficial européia, que, mesmo independentemente das concessões portuárias, chegou a dividir, nos princípios dêste século, todo o imenso território nacional da Chi-

na em zonas de influência das seis potências principais.

Fazendo assim, o Coronel FLEMING explica e, até certo ponto, justifica o que estava sendo considerado, no passado recente, com unanimidade, como loucura do barbarismo asiático, na sua selvagem agressão contra a civilização e o progresso.

Convém realçar essa meritória obra de revisionismo histórico, levada a efeito com coragem cívica pelo autor inglês.

O que se passou em Pequim, em 1900, proporciona-nos o *background* histórico da revolta anti-ocidental e, ao mesmo tempo, da maior revolução de todos os tempos, realizada sob a liderança de MAO-TSE-TUNG, em 1949.

O livro de PETER FLEMING é, assim, um expressivo libelo contra o imperialismo europeu, em grande parte responsável pela maior crise que atravessamos na segunda metade do século XX. Mas, não é só isso.

Sob a impressão do cruel assassinio, pelo soldado chinês, do Ministro Plenipotenciário alemão, Barão von KETTLER, o Imperador GUILHERME II lançou, há cinqüenta e nove anos, o *slogan*, de início muito ridicularizado e menosprezado, de "perigo amarelo".

No momento em que, depois da participação na guerra da Coréia, e da subjugação do Tibet, a China comunista parece iniciar, através de toda uma série de incidentes fronteiriços provocados contra Laos, Birmânia, Índia, Paquistão e vários pequenos Estados limítrofes, a agressão generalizada contra a Ásia sul-oriental, assustando com seu imperialismo não somente o mun-

do ocidental e os países da "terceira frente", como até mesmo os centros do comunismo europeu — os acontecimentos de 1900 merecem, no retrospecto histórico, uma interpretação bem diferente da anterior.

Devem ser considerados, com efeito, como ponto de partida não somente da emancipação do povo chinês da opressão colonial, como também da ofensiva do comunismo amarelo, em busca da liderança do mundo. — E. F.

KAZIMIERZ KAKOL. *Derechos e Instituciones Sociales en Polonia*. Ediciones "Polonia". Varsóvia, 1959.

Apesar dos aflitivos sintomas de retórno ao stalinismo e do visível afrouxamento de algumas inovações recentes de democracia industrial, as realizações sociais da Polónia gomulkista ainda continuam atraindo muita e, até, possivelmente excessiva atenção da opinião pública mundial.

O livro de KAKOL, embora subordinado ao propósito de valorização publicitária na ampla arena internacional das conquistas da política social da "Polónia popular", pode — dados os razoáveis níveis técnicos da exposição nêlé consubstanciada — servir bem para apreciar-se o balanço da legislação trabalhista e social daquela república, que procura seu "próprio caminho rumo ao socialismo".

O autor parte de dois pressupostos: 1. que a industrialização permite a realização de reformas sociais de envergadura muito maior do que é possível nos países de economia preponderantemente agrí-

cola; e 2. que "o socialismo, implicitamente, abrange um amplo programa reformista, como regime que traz consigo o desenvolvimento dos direitos e das instituições sociais, abrindo condições para o progresso multilateral de todos os cidadãos".

Quanto à primeira dessas duas premissas, parece-nos acertada. Ao passo que a população agrícola perfazia na Polônia, em 1931, 61 % do conjunto da população nacional, essa relação caiu, em 1950, a 53 %, sendo que, no momento, segundo toda a probabilidade, não atinge nem a metade do total. Ao mesmo tempo, cresceu num ritmo impressionante a fração da população cuja principal fonte de subsistência constituem as atividades secundárias, e, particularmente, a grande indústria, assim como as terciárias (construção, comércio, transporte, ciência e ensino, serviços sociais, etc.), com o consequente incremento da renda *per capita*.

Muito maiores dúvidas inspira a segunda asserção, formulada pelo Professor KAKOL.

Difícilmente se poderá negar que vários países de livre empreendimento (Inglaterra, países escandinavos, etc.) demonstram padrões de progresso social institucional que relegam a uma posição insignificante as reformas comunistas. Por outro lado, não pode passar despercebido o fato de que relativamente melhores condições de bem estar desfrutam na Polônia as classes rurais, cuja maioria esmagadora fica fora da órbita da economia socialista, e que, mesmo assim, em confronto com a situação ali existente há vinte anos, aumen-

taram seu quinhão na distribuição da renda nacional num grau superior ao das camadas populares urbanas, integradas no sistema de economia, produtora e distributiva, coletivista.

Diga-se de passagem que a produção agrária e a vida social rural continuam sendo, tanto na Polônia como em todos os demais países do campo soviético ou de "democracia popular", o calcanhar de Aquiles da política econômica e social comunista. Em virtude da resistência implacável dos camponeses a todas as tentativas de coletivização da agricultura, foi mantida a exploração das atividades agropecuárias pela pequena propriedade, apenas complementada mediante implantação do cooperativismo ("círculos rurais"). Contudo, como o demonstra a recente e dramática crise de abastecimento, tal situação põe em Varsóvia os responsáveis pelo planejamento econômico perante problemas nitidamente insolúveis. Do mesmo modo encontra, nesse país, óbices consideráveis a extensão aos habitantes dos campos dos principais institutos de proteção social, que, por enquanto, apresenta balanço muito deficitário.

Seja como fôr, será que, à luz do referido estudo, as condições de trabalho e existência do operariado polonês podem ser consideradas como particularmente liсонjeiras? E isto no que diz tanto aos rendimentos salariais, como ao sobre-salário, que resulta da aplicação da legislação reformista?

Quanto ao primeiro e particularmente relevante aspecto do problema, o próprio autor admite a precariedade dos níveis médios de

remuneração, sem, aliás, indicar quaisquer dados estatísticos, nesse particular, capazes de ilustrar essa principal fonte de rendimentos das classes assalariadas.

Como é, nessas condições, inevitável, o exame dos orçamentos familiares da classe operária evidencia, de acôrdo com a famosa "lei ENGEL", nada menos de ... 51,9 % da despesa correspondentes aos gastos com a alimentação.

Ao que parece, não nos enganamos admitindo que a legislação polonesa não determina de modo algum os padrões mínimos de salário, limitando-se, naquela república, o intervencionismo salarial quase exclusivamente ao funcionamento do seguro-família, infelizmente com níveis reduzidos dos respectivos abonos.

Por seu turno, escapam a uma apreciação valorativa global e indiscriminada os institutos de proteção social, dentro dos quais não faltam, ao lado de alguns pontos altos, vários outros, pateticamente baixos.

Não há como negar as vantagens da maior acessibilidade aos recursos escolares e médicos das classes populares de rendimentos reduzidos, o que lhes proporciona faculdades incontestáveis de ascensão social e de amparo à saúde, de que, na realidade, fazem uso amplamente. No que diz respeito ao aproveitamento dos lazeres operários e à organização racional das férias, as realizações dinâmicas da administração social, ilustradas de modo abundante e minucioso pelo Professor KAKOL, merecem realmente todos os elogios. Melhoram os índices de sobrevivência infan-

til e geral. Manifesta constantes progressos a consolidação dos laços familiares, para o que deve contribuir poderosamente a influência da Igreja.

Cumpramos ressaltar que a Polônia não imita cegamente os modelos soviéticos (p. ex., quanto à organização sindicalista de Previdência Social), sem cometer vários erros inspirados pela idolatria da produtividade, nem numerosos excessos anti-sociais e anti-humanitários das leis vigentes na URSS.

Entretanto, é preciso olhar para o reverso da medalha. Não pode, em primeiro lugar, deixar de nos impressionar profundamente a gravidade de vários fenômenos de patologia social, como sejam o alcoolismo, a delinqüência juvenil e a corrupção em todos os graus do mecanismo estatal, o que, por si só, revela certo mal-estar geral. A despeito dos efeitos inevitáveis da destruição bélica (perda de 60 % dos bens imobiliários!), não é fácil interpretar devidamente a permanente piora da situação residencial, medida pelo número de metros quadrados por habitante da zona rural e urbana. Sobretudo, na falta de seguro-desemprego — abolido em vista da suposta supressão do *chomage*, que, todavia, em certas hipóteses reaparece até com freqüência e gravidade inegáveis — ressalta a falta de maiores garantias de conservação do emprego, desenvolvidas particularmente na legislação brasileira.

No que diz respeito ao horário de trabalho, foram conservadas intactas as normas de 1919 (8 horas diárias e 46 semanais). Na legislação de trabalho continua a

remuneração, sem, aliás, indicar quaisquer dados estatísticos, nesse particular, capazes de ilustrar essa principal fonte de rendimentos das classes assalariadas.

Como é, nessas condições, inevitável, o exame dos orçamentos familiares da classe operária evidencia, de acôrdo com a famosa "lei ENGEL", nada menos de ... 51,9 % da despesa correspondentes aos gastos com a alimentação.

Ao que parece, não nos enganamos admitindo que a legislação polonesa não determina de modo algum os padrões mínimos de salário, limitando-se, naquela república, o intervencionismo salarial quase exclusivamente ao funcionamento do seguro-família, infelizmente com níveis reduzidos dos respectivos abonos.

Por seu turno, escapam a uma apreciação valorativa global e indiscriminada os institutos de proteção social, dentro dos quais não faltam, ao lado de alguns pontos altos, vários outros, patéticamente baixos.

Não há como negar as vantagens da maior acessibilidade aos recursos escolares e médicos das classes populares de rendimentos reduzidos, o que lhes proporciona faculdades incontestáveis de ascensão social e de amparo à saúde, de que, na realidade, fazem uso amplamente. No que diz respeito ao aproveitamento dos lazeres operários e à organização racional das férias, as realizações dinâmicas da administração social, ilustradas de modo abundante e minucioso pelo Professor KAKOL, merecem realmente todos os elogios. Melhoram os índices de sobrevivência infan-

til e geral. Manifesta constantes progressos a consolidação dos laços familiares, para o que deve contribuir poderosamente a influência da Igreja.

Cumprе ressaltar que a Polônia não imita cegamente os modelos soviéticos (p. ex., quanto à organização sindicalista de Previdência Social), sem cometer vários erros inspirados pela idolatria da produtividade, nem numerosos excessos anti-sociais e anti-humanitários das leis vigentes na URSS.

Entretanto, é preciso olhar para o reverso da medalha. Não pode, em primeiro lugar, deixar de nos impressionar profundamente a gravidade de vários fenômenos de patologia social, como sejam o alcoolismo, a delinqüência juvenil e a corrupção em todos os graus do mecanismo estatal, o que, por si só, revela certo mal-estar geral. A despeito dos efeitos inevitáveis da destruição bélica (perda de 60 % dos bens imobiliários!), não é fácil interpretar devidamente a permanente piora da situação residencial, medida pelo número de metros quadrados por habitante da zona rural e urbana. Sobretudo, na falta de seguro-desemprego — abolido em vista da suposta supressão do *chomage*, que, todavia, em certas hipóteses reaparece até com frequência e gravidade inegáveis — resalta a falta de maiores garantias de conservação do emprego, desenvolvidas particularmente na legislação brasileira.

~ No que diz respeito ao horário de trabalho, foram conservadas intactas as normas de 1919 (8 horas diárias e 46 semanais). Na legislação de trabalho continua a

discriminação a-social do trabalho manual e intelectual. A duração das férias pagas (12 dias depois de um ano e 15 dias depois de três anos) não foi determinada de maneira particularmente generosa. As condições aquisitivas e as taxas dos benefícios pecuniários, previstas na legislação previdenciária polonesa, ficam muito atrás da solução vigente em vários países "burgueses". O pagamento do auxílio-doença (igual a 70 % do salário) não pode continuar, uma vez esgotado o prazo de 26 semanas. A aposentadoria velhice, nunca integral, outorgada apenas aos 65 anos para os homens (e 60 para as mulheres), salvo para os trabalhadores de subsolo, que gozam da redução de 5 anos, depende do prazo de carência de 25 anos para homens e 20 para mulheres! As aposentadorias de invalidez, mesmo para os acidentados, variam entre 50, 65, 75, 80 e 100 % do salário, sempre com tratamento especial reservado aos componentes de várias categorias profissionais privilegiadas. Apesar da expansão dos serviços médicos, sua qualidade parece deixar a desejar. Quanto a medicamentos, os segurados têm de contribuir em 30 % para seu custo. Os dados referentes às instalações médico-assistenciais na zona rural (788 maternidades, 1.772 postos sanitários e 929 centros de saúde) evidenciam a insuficiente cobertura das necessidades da população agrícola — apesar da constante extensão da referida rede descentralizada de serviços de medicina curativa.

Enfim, de acôrdo com as observações judiciosas do autor, faz-se

sentir a falta aguda de pesquisas sociais, em cuja ausência a orientação da política social obedece a critérios casuais e fortuitos.

Em suma, a legislação social da nova Polônia não apresenta nada de novo e realmente interessante, salvo, a rigor, a Inspeção Social do Trabalho, entregue aos órgãos sindicalistas. — E. F.

HANS BREMS. *Output, Employment, Capital, and Growth*. Harper & Brothers. New York, 1959.

Uma simples notícia sôbre este livro, realmente extraordinário, não pode revelar-lhe a importância, sem dúvida incomum. Não se queira, portanto, aquilatar-lhe o valor por esta nota.

Usando um método puramente matemático, o autor consegue condensar nas suas 340 páginas uma como enciclopédia do pensamento econômico de KEYNES a nossos dias. Polêmico e ambicioso, no sentido rigorosamente construtivo das palavras, dá-nos o Professor BREMS, numa síntese em que a concisão mede forças com o rigor da lógica matemática, uma nítida idéia das possibilidades inesgotáveis da contribuição da análise matemática para a ciência econômica.

Tem o livro, antes de mais nada, o mérito de afastar as desconfianças que os Economistas, ainda os engenheiros, nutrem para com a análise matemática.

Na verdade, ainda entre os que acreditam que o rigor da matemática não retira à Economia o seu caráter, nota-se uma tal ou qual timidez no uso do cálculo in-

finitesimal, por um, talvez louvável, receio de se não fazerem compreender dos leitores. Não há motivo para tal. Ao contrário, ou a Economia lança-se, audaciosamente, como lhe cumpre, no uso intensivo de análise matemática, ou será, como tem sido, uma ciência de nenhum conteúdo social positivo. Entende-se o que se quer dizer. Ou a economia usa, em toda a sua plenitude, os instrumentos da análise matemática, ou de nada aproveitará ao bem-estar coletivo, pois tenderá a ser uma ciência abstrata, geral e imprecisa, quando lhe é mister ser concreta e exata para que os responsáveis pela política financeira resolvam os problemas econômicos sob o seu aspecto puramente quantitativo.

Não tivesse outros, bastaria este mérito para que fosse lícito prever que o livro do Professor BREMS venha a ser, em breve, um clássico.

Dá-se, a seguir, uma exposição do método seguido pelo autor:

Parte inicialmente da conhecida equação de KEYNES, cuja anotação, por isso mesmo, dispensa explicação. (Este sistema de equações, na sua forma mais simples, é, como se sabe, a seguinte:

$$\begin{aligned} C &= a + bY \\ Y &= I + C \end{aligned}$$

Leva, então, o leitor até modelos mais complexos e explica as razões por que HICKS e HANSEN, de um lado, e CASSEL, HARROD e DOMAR, por outro, introduziram outras variáveis e parâmetros no modelo de KEYNES.

Atingido este ponto, explica porque um modelo, integrado apenas

por quantidades globais, não pode prevalecer, devendo-se, por conseguinte, desintegrar algumas destas unidades.

Resolvidas as equações, os princípios econômicos cristalizados em linguagem matemática, em suas soluções, são expressos em linguagem corrente sob o título de conclusões.

O autor, porém, não se contenta em transcrever e analisar os modelos clássicos. Introduce outras variáveis e parâmetros, dando-nos novos modelos.

Resolvendo os sistemas de equação propostos, alinha axiomas econômicos sobre temas de maior interesse, como entre outros: Política Fiscal, Política de Preços, Equilíbrio Orçamentário, Inflação Controlada e Livre, Comércio Exterior, Teoria da Firma, Programação Linear, etc...

Em suma, o autor segue rigorosamente o método matemático, que será o da Ciência Econômica futura, a qual não se contentará senão quando puder fornecer conclusões específicas e quantitativas.

É verdade que os modelos do Professor BREMS continuam abstratos, no sentido de que as variáveis e os parâmetros são expressos em quantidades arbitrárias. No entanto, as soluções nos dão uma idéia quantitativa da influência das oscilações numéricas dos parâmetros sobre a variável dependente.

Para todos aqueles que possuam bons conhecimentos do cálculo infinitesimal, o livro do Professor BREMS será uma experiência de grande utilidade. — José Gouveia Vieira.

J. M. LETICHE. *Balance of Payments and Economic Growth*. Harper & Brothers. New York, 1959.

Depois da propoganda totalitária em favor das doutrinas da auto-suficiência e os abusos dos processos do comércio bilateral, a diplomacia econômica parece que iniciou um grande movimento a começar pelo Acôrdo de Bretton-Woods, a Carta de Havana e o projeto da Carta do Comércio Internacional, no sentido de uma ampla cooperação entre as Nações, no campo econômico. Há, todavia, um grande problema ainda não resolvido. Não se pode, evidentemente, aceitar o sacrifício do equilíbrio interno em holocausto ao equilíbrio internacional das Balanças de Contas. Por outro lado, as grandes disparidades no ritmo de expansão dos diversos países, assim como a desconformidade das taxas de crescimento da produtividade em cada um dos Estados, em que se divide a Comunidade Internacional, para não falarmos nos problemas dos desequilíbrios orçamentários provocados pela inflação dos países subdesenvolvidos, tudo cria obstáculos a uma cooperação internacional no sentido de alcançarmos o equilíbrio da Balança de Pagamentos.

Todos, porém, hoje em dia, salvo os remanescentes dos totalitários da auto-suficiência, almejam uma solução para o problema. Para êstes, sobretudo os familiarizados com as doutrinas modernas, o livro de J. M. LETICHE, de que aqui damos notícia, é leitura recomendável.

Cuida o autor que os teóricos modernos do Processo de Equilí-

brio da Balança de Pagamentos, ao adotarem o método do equilíbrio parcial, em termos de taxas cambiais fixas e variáveis, impedem um exame prático, objetivo e proveitoso da matéria.

E' claro e evidente, como, aliás, já admitia a delegação inglesa, presidida por KEYNES, à Conferência de Bretton-Woods, que um organismo internacional deve restringir o recurso às desvalorizações da moeda aos casos de desequilíbrio fundamental.

Ora, o autor não acredita que a teoria moderna seja de molde a fornecer a êsse organismo os conhecimentos de que carece, para o cumprimento desta missão, e defende a tese de que são as teorias clássicas, reformuladas em termos modernos, e aprimoradas pelos conhecimentos contemporâneos, escoimados de seus exageros, que se devem aplicar à análise das diversas situações institucionais.

Destina-se a obra a reformular a teoria clássica completada pelas novas. O livro dá-nos um apanhado dos clássicos, partindo dos princípios básicos expostos em 1730 por ISAAC GERVAISE, que o autor apresenta num sistema de equações:

1) Produto Nacional — Importações = Consumo Nacional Líquido + Exportações.

2) Produto Nacional \times Preços = Renda Nominal.

O interesse dêste passo do livro reside na defesa que faz dos clássicos, que, segundo demonstra o autor, nunca cometeram os deslizes que lhes atribuem os modernos. JEAN BAPTISTE SAY, por exemplo, não acreditava que sua célebre lei exprimisse uma identidade, senão

uma igualdade que se realizaria desde que o sistema estivesse em equilíbrio, ou seja, desde que a corrente da procura pela moeda fôsse igual à da sua oferta. É de notar-se, porém, que a obra nunca vai ao ponto de defender os velhos economistas quando para tal fôsse necessário um desvirtuamento dos antigos princípios.

Mas, ainda melhor é a sua crítica aos modernos. Inicia com Mrs. ROBINSON, que, seguindo a linha traçada por ALFRED MARSHALL, precisa a importância das elasticidades das ofertas e procuras recíprocas que corresponderão à estabilidade. Sabe-se que a grande economista britânica afirmou que, sempre que a soma das elasticidades da procura recíproca fôr superior à unidade, o efeito do reajustamento dos preços será normal, sendo, nos outros casos, perverso. Tal ponto-de-vista, adotado, inclusive, pelo Departamento do Comércio dos Estados Unidos, é criticado pelo autor, que ensina que não há como falar-se de soma da elasticidade da procura, pelo menos no sentido marshalliano da palavra, ao tratar-se da Balança de Pagamentos.

A crítica a KEYNES é convencional. Dizer que os modelos keynesianos se aplicam a uma situação específica, e que não se aplicam a uma economia dinâmica, não deixa de ser verdadeiro, embora desprovido de originalidade.

Já a comparação entre OHLIN e VINER e a crítica a TAUSSIG apresentam sentido criador.

O grande mérito da obra, porém, está na parte final, em que o autor formula uma teoria mais geral e adaptável às circunstâncias pecu-

culiares de cada uma das subestruturas econômicas dos diversos países. Neste ponto, a obra apresenta extraordinário interesse para todos os que lidam com os problemas da nossa Balança de Pagamentos. É, destarte, uma obra que se lê com proveito. E proveito permanente ainda quando, por qualquer motivo, o assunto deixe as manchetes dos jornais. — J. G. V.

STANISLAS DE LESTAPIS. *La Limitation des naissances*. Bibliothèque de la Recherche Sociale. Editions EPES. Paris, 1959.

STANISLAS DE LESTAPIS, professor de Sociologia da Família no Instituto de Estudos Sociais do Instituto Católico de Paris, é um benemérito da família moderna, pela fecundidade e alto valor de seus estudos já publicados. Nos círculos católicos que se interessam pelo problema da família, tem seu nome consagrado desde 1947, quando lançou o belo trabalho *Amour et Institution Familiale; les options fondamentales de l'amour*. Há alguns anos vem dedicando sua atenção ao estudo das implicações demográficas do problema da fecundidade. Assim, em 1957, publicou *Planification des naissances et morales sociales*. No ano seguinte, vinha à luz sua contribuição à 44.^a Semana Social de França, sob o título *La fécondité, problème familial et problème mondial*.

O livro que agora analisamos é uma síntese de seu pensamento, síntese que impressiona pela nobreza e amplitude de perspectiva com que trata o problema da fecundidade humana. Moralista e so-

ciólogo, atento às questões demográficas, o autor se encontrava em posição privilegiada para a elaboração desta síntese. Pela primeira vez, a nosso entender, o problema moral da fecundidade é situado lealmente, por um católico, no seu grande contexto demográfico.

Mesmo com o risco de não refletir exatamente o pensamento de LESTAPIS, tentaremos resumir-lo nos seguintes itens:

1. A fecundidade humana incontrolada pode criar um problema, e já o está criando para os países subdesenvolvidos, presos no circuito de uma causação circular cumulativa: muita miséria propiciando a permanência de altas taxas de natalidade e de mortalidade; estas, por sua vez, dificultando a formação de capital para a expansão econômica e propiciando assim uma miséria crescente.

2. O problema não pode ser resolvido na linha do neomaltusianismo, pelos seus processos contraceptivos, abortivos ou esterilizantes. Todos os esforços neomaltusianos se apoiam em uma premissa implícita: a sexualidade deve ser sempre satisfeita; nenhum obstáculo pode ser impôsto a nenhuma de suas apetências; o indivíduo deve poder usá-la quando quiser; portanto, todos os esforços devem ser feitos para obter a separação da sexualidade e da fecundidade. A premissa é falsa e falseia completamente a natureza das coisas. No homem, a sexualidade não é apenas uma apetência biológica, como no animal. Faz parte de uma vivência muito mais rica, muito mais total, o amor, do qual é apenas uma das manifestações. O neomaltusianismo, pelos seus processos,

erige de fato a sexualidade em valor absoluto. Ela não é isto; é apenas um meio. Aliás, o neomaltusianismo não atingiu os fins em nome dos quais procura justificar-se: não suprimiu o aborto, não resolveu o problema da fome, apenas aumentou a distância entre os grupos mais evoluídos e as massas. A natureza frustrada em seu dinamismo não deixa de se vingar, marcando com desequilíbrios psíquicos e biológicos os seus profanadores. Dentro de alguns anos, os progressos da ciência vão descobrir serem tão atentatórios à natureza humana os processos maltusianos, quanto sabemos hoje que o são a castração e o infanticídio. Ceder ao maltusianismo é ceder a hegemonia à animalidade. Não é nesta direção que o homem encontrará a solução de seu problema.

3. A solução se apresenta numa leal cooperação internacional, visando a uma campanha educativa e formativa que habilite o homem a exercer a regulamentação do instinto pela razão, a afirmar a hegemonia do espírito sobre a carne. Não se trata de um controle da fecundidade, o que tem uma conotação técnica; trata-se de sua regulação, que sugere mais o aspecto ético da questão. Só nesta linha será possível preparar a humanidade de amanhã, plenamente *épanouie*, capaz de superar o ciclo interno do subdesenvolvimento.

Em nenhum autor oriundo de um país desenvolvido encontramos uma diatribe tão enérgica contra o egoísmo camuflado nas campanhas em que as nações ricas se empenham para reduzir a natalidade das nações pobres. As mesmas nações

ricas, que chegam a recomendar a esterilização em massa de populações subdesenvolvidas, gastaram, em seus objetivos militares, entre 1946 e 1958, mais de 600 bilhões de dólares.

Diante do problema do desenvolvimento demográfico, são possíveis três posições: a do pessimismo profético, a do otimismo ingênuo e a do realismo. Esta última reconhece a existência do problema,

que o maltusianismo carregou de cores sombrias, mas não o crê insolúvel. Crê na sua solução dentro das leis naturais. Crê que a sua solução será a mais esplêndida vitória do homem que já dominou a argila com que vem plasmando o seu mundo e que dominará a argila com que Deus plasmod o seu corpo. Desta posição realista, o livro de LESTAPIS é a mais brilhante exposição que conhecemos. — F.B.A.

2. RESENHA

RAYMOND A. DART. *Adventures with the Missing Link* (Aventuras em torno do elo perdido). Harper & Brothers. New York, 1954.

Ao terminar-se a leitura do livro do Dr. RAYMOND A. DART, Professor de Anatomia da Universidade de Witwatersrand em Johannesburg, na União Sul-Africana — leitura que se faz de um jato, tal o interesse que despertam as suas páginas — tem-se a impressão de haver lido uma história na realidade vivida pelo autor.

Não se trata da descrição pura e simples de achados fósseis, que o acaso leva muitas vezes, quase diria, leva às mais das vezes, às mãos felizes de um descobridor. O Professor DART sabe expor com clareza as circunstâncias em que foram feitas as suas descobertas, mas sabe também evitar as divagações de ordem técnica, de têr-nos empolados, que certos autores timbram em imprimir em seus trabalhos. Nas ocasiões em que, por dever de ofício, se vê obrigado a usar de expressões menos usuais,

abre logo um parêntese, explicando em linguagem clara o que pretende dizer. Dessarte, enfronha-se o leitor com prazer e sem dificuldades na história natural dos *Australopithecínios*, que o Professor DART, apoiado em descobertas sensacionais, com argumentos convincentes coloca entre os *pré-hominídeos*, no mesmo nível, senão em nível superior, do *Pithecanthropus erectus* de EUGÊNIO DUBOIS e do *Simanthropus pekínensis* de DAVIDSON BLACK.

Graças ainda ao livro do Professor DART, vai também o leitor, pouco a pouco, entrando em contato com grandes antropólogos da atualidade, os quais, diga-se de passagem, nem sempre pareciam muito convencidos da importância atribuída aos *Australopithecínios*, mas acabaram por se render à evidência dos fatos.

Outro capítulo da história natural do Homem, a Arqueologia, deve ser revisto, em face dos ensinamentos do Professor DART. No que diz respeito à indústria do Homem, admitem-se classicamente a idade da pedra e a idade dos me-

tais; consideram-se na primeira duas fases, uma antiga ou saeolítica, ou simplesmente idade de pedra lascada, e outra moderna, neolítica, chamada ainda idade da pedra polida. Ora, os utensílios e as armas dos *Australopithecínios*, como prova o Professor de Johannesburgo, bem como os implementos do *Simanthropus pekinesis*, como o mostraram os Padres BRENIL e TAILHARD, eram fabricados não de pedra, mas de ossos, dentes e chiíres (artefatos osteodontoceráticos). Impõe-se assim uma *idade do osso*, antepondo-se à idade da pedra.

Interessante é que o Professor DART em seu bellissimo livro achou ainda jeito de torná-lo mais atractivo, se possível fôsse, reportando-se incidentemente a acontecimentos da República do Transvaal e a PAULO KRUGER, seu mais famoso presidente. — B. A.

GUY DE LUSIGNAN. *L'Organisation Internationale du Travail, 1919-1959*. Les Editions Ouvrières. Paris, 1959.

MARC MONTCEAU. *L'Organisation Internationale du Travail*. Edition "Que Sais-je?" Paris, 1959.

Ambos os livros, de conteúdos surpreendentemente parecidos e baseados, ao que tudo indica, em dados provenientes da mesma fonte, foram publicados por ocasião do quadragésimo aniversário da Organização Internacional do Trabalho. Nêles é feita a análise da estrutura e do funcionamento da OIT, que é, ao lado da Cruz Vermelha e da União Postal, um dos mais antigos e mais eficientes organismos internacionais.

Cabe lamentar que, no balanço da OIT, falte o exame do reverso da medalha: de várias deficiências funcionais que, fatalmente, escapam à observação dos observadores superficiais da Organização. Tanto LUSIGNAN como MONTCEAU se baseiam, com efeito, apenas na documentação oficial e oficiosa.

Por incrível que pareça, não existe na literatura brasileira um só estudo doutrinário dedicado à OIT. Essa sensível lacuna deve ser preenchida quanto antes. Sobre tudo no momento em que se festeja, no mundo inteiro, nos 80 países membros da OIT, o quadragésimo aniversário dessa organização mundial de progresso social, cujo membro fundador mais fiel e devotado vem sendo, ininterruptamente, desde 1919, o Brasil. — E. F.

SUZANNE PACAUD. *La Sélection Professionnelle*. Presses Universitaires de France. Paris, 1959.

Eis, sem sombra de dúvida, a melhor e mais completa, e a mais inteligente exposição da seleção profissional, sob o prisma teórico e prático, escrita pela eminente autora francesa, a que devemos mais de dez estudos monográficos psicotécnicos, em parte elaborados em colaboração com a maior autoridade mundial nessa matéria, o finado Professor J. M. LAHY.

Acompanhando de perto a carreira dessa notável cientista, desde seus trabalhos como estudante universitária, conhecemos o cunho prático dos estudos de Mme. PACAUD, evidenciado pelos altos serviços que prestou na reorganiza-

ção científica dos Chemins de Fer Français.

Afastou com muito sucesso — segundo as suas próprias palavras — a psicologia aplicada ao trabalho, nascida há exatamente 45 anos, do “empirismo anárquico de processos, técnicas e conselhos avulsos” e assentou a seleção profissional “sobre bases de uma disciplina científica”.

Vários trabalhos científicos de Mme. PACAUD encontraram eco muito vivo na literatura psicológica brasileira, em que coexistem verdadeiras obras-primas de pensamento científico com livros de diletantismo e grafomania imperdoáveis.

Seria de lamentar que o novo livro da ilustre autora francesa não fôsse traduzido em português, enriquecendo, assim, o acervo da bibliografia psicotécnica brasileira.

Não podemos, por outro lado, deixar de admitir que, em vários ramos que se prestam à aplicação, em maior escala possível, dos ensinamentos da seleção profissional de cunho técnico e programático, a colaboração pessoal de Mme. PACAUD com os nossos peritos poderia dar resultados imediatos os mais compensadores (estradas de ferro, serviço de transporte motorizado, aviação, etc.). — E. F.

BERNARD J. SIEGEL. *Biennial Review of Anthropology, 1959*. Stanford University Press. Stanford, California, 1959.

BERNARD SIEGEL é professor de antropologia na Universidade de Stanford, e autor do estudo *Acculturation: Critical Abstracts, North America*, publicado pela mesma editora em 1955.

O presente volume é o primeiro de uma série com que se propõe fazer periodicamente uma análise dos principais trabalhos antropológicos publicados no mundo. Examina os estudos aparecidos desde 1955 nos setores da antropologia física, da mudança social e cultural, da organização social, das dimensões psicológicas da cultura, da lingüística e da antropologia política. Um capítulo especial é dedicado às recentes tendências da antropologia na URSS. A elaboração de cada capítulo foi confiada a um especialista. A atual resenha cobre um total de 1.454 trabalhos, entre livros e artigos.

Como repertório e fonte de referências, a compilação de SIEGEL é um instrumento de trabalho indispensável para quem deseja manter-se em dia com os progressos nas diversas dimensões da ciência antropológica.

3. OUTROS LIVROS RECEBIDOS

Sociologia

PEDRO CALDERAN BELTRÃO, S. J. *De introductione methodologica in scientias sociales*. Roma, 1959. 80 págs.

MILTON SANTOS. *A cidade como centro de região*. Universidade da Bahia. Salvador, 1959. 28 págs.

MILTON SANTOS. *O centro da cidade do Salvador*. Universidade

da Bahia. Salvador, 1959. 196 págs.

J. TRICAR. *As zonas morfoclimáticas do nordeste brasileiro*. Universidade da Bahia. Salvador, 1959. 15 págs.

OSWALD HALL. *Specialized occupations and industrial unrest*. Tulane University. New Orleans, 1957. 18 págs.

Vários autores. *Creativity and its cultivation*. 293 págs.

Economia e Finanças

CELSO CORDEIRO MACHADO. *Introdução ao estudo da ciência das finanças*. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 70 págs.

ALBERTO WANDERLEY. *Estudos de geografia econômica*. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959.

ALBERTO WANDERLEY. *Transportes no Brasil*. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 132 págs.

JOÃO PESSOA RIBEIRO FENELON. *O aumento do capital nominal da empresa*. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 122 págs.

MELVIN G. DE CHAZEAU e ALFRED E. KAHN. *Integration and Competition in the petroleum industry*. Yale University Press. New Haven, 1959, 598 págs.

BELA A. BALASBA. *The Hungarian experience in economic planning*. Yale University Press. New Haven, 1959. 285 págs.

TIBOR SCITOVSKI. *Economic theory and Western European integration*. Stanford University Press. Stanford, California, 1958, 153 págs.

ALMIR DE ANDRADE. *O capital através das doutrinas econômicas*. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1959. 232 págs.

Vários autores. *The allocation of economic resources*. Stanford University Press, California, Stanford, 1959, 244 págs.

Política

JOSUÉ DE CASTRO. *Sucessão presidencial e desenvolvimento econômico* (Discurso). Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1959.

JOÃO CAMILLO DE OLIVEIRA TÔRES. *A propaganda política*. Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 103 págs.

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO DE CASTRO. *Introdução ao estudo das instituições políticas gregas*. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 102 págs.

EDGARD DE GODÓI DE MATA MACHADO. *O Cristão e a Cidade*. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1959. 130 págs.

WAYNE S. VUCINICH. *Serbia between East and West*. The

events of 1903-1908. Stanford University Press. Stanford, California, 1954. 304 págs.

Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, 1959. 64 págs.

THOMAS C. SMITH. *Political change industrial development in Japan: Governement entreprise, 1868-1880.* Stanford University Press. Stanford, California, 1955. 126 págs.

Vários assuntos

RUSSELL T. HITT. *Jungle pilot.* Harper & Brothers. New York, 1959. 303 págs.

L. F. RAPOSO FONTENELLE. *Ai-morés.* Serviço de Documentação do Departamento Administrativo do Serviço Público. Rio de Janeiro, 1959. 103 págs.

MARCO TÚLIO FELÍCIO DA SILVA. *Aspectos da correlação e regressão.* Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 64 págs.

LÉO F. SOLT. *Saints in arms.* Stanford University Press. Stanford, California, 1959. 150 págs.

WILLIAN CARROL BARK. *Origins of the medieval world.* Stanford University Press. Stanford, California, 1958. 162 págs.

EDWARD A. WHITE. *Science and religion in American thought — The impact of naturalism.* Stanford University Press. Stanford, California, 1952. 117 págs.

GEORGE HARMON KNOLES. *The jazz age revisited.* Stanford University Press. Stanford, California, 1955. 171 págs.

DOUGLAS HALL. *Free Jamaica, 1838 - 1865.* Yale University Press. New Haven, 1959. 290 págs.

Vários autores. *Gentlemen, scholars and scoundrels.* Harper & Brothers. Nova York, 1959. 696 págs.

JOHN J. JOHNSON. *Political change in Latin America.* Stanford University Press. Stanford, California, 1958. 272 págs.

LEONARD REISSMAN, K. H. SILVERT e CLIFF W. WING JR. *The New Orleans voter: A handbook of political description.* Tulane University. New Orleans, 1955. 88 págs.

EUGENE V. ROSTON. *Planning for Freedom.* Yale University Press. New Haven, 1959. 437 págs.

Demografia

ÉTIENNE GAUTIER e LOUIS HENRY. *La population de Crulai paroisse normande.* Presses Universitaires de France. Paris, 1958. 269 págs.

DOMÍCIO DE FIGUEIREDO MURTA. *Política de colonização e plano de colonização.* Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 99 págs.

HARLAN W. GILMORE. *New Orleans population handbook.* Tulane University. Nova Orleans, 1953. 120 págs.

D. DUQUE CATÃO. *Restrições aduaneiras e política imigratória.*